

Carta de princípios aos candidatos à Reitor e Diretor(a) de Campi do Ifes 2021

O Sinasefe-Ifes vem por meio deste instrumento contribuir com o debate institucional nas eleições para Reitor(a) e Diretores(as) Gerais do instituto. As propostas ora apresentadas superam nossa perspectiva de entidade classista, para realização de um esforço necessário à construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Esse exercício é o de pensarmos e apresentarmos uma pauta mínima de princípios que ajudem a conformar esse projeto de educação que desejamos.

A educação pública como concebemos, com sua qualidade socialmente referenciada, democrática e acessível a todos(as) em igualdade de condições possui muitas lacunas no modelo atual. Contudo, mesmo com todas as contradições, a Constituição de 1988 estabeleceu um importante marco legal na garantia do direito à educação. De lá para cá, tivemos muitos avanços e também perdas na execução da política educacional, resultado de inúmeros embates ao longo desse processo. Embates muito caros e duros, mas que faziam parte do jogo político e passam pelos conflitos historicamente presentes na conformação da política educacional brasileira, no choque entre interesses privados e públicos; entre a necessidade de ampliar investimento e frequentes restrições orçamentárias; na constatação da falta de profissionais preparados(as) e uma política muito tímida de valorização do magistério e outros.

Ocorre que a conjuntura atual é diferente de tudo o que vivemos até o presente momento em termos do que ela oferece como possibilidade de retrocesso. Diferente do período constitucional que vivemos até o ano de 2019, a disputa política atual ameaça inclusive os marcos estabelecidos na Constituição de 1988. A disputa política saiu dos trilhos de um debate de ideias e passou a ser incorporado por mentiras, ataque à autonomia das instituições e uma ofensiva deliberada e generalizada contra o serviço público por agentes do estado que deveriam defendê-lo. Nesse sentido, o direito à educação está sendo deliberadamente revisto, uma vez que o próprio governo diz abertamente que, sobretudo o ensino superior, não necessita ser garantido a todos(as).

Se antes tínhamos uma contradição latente entre o legislado e o que se estava sendo executado, os pressupostos ideológicos do governo Bolsonaro não possuem nenhum tipo de constrangimento ou crise moral para que tal contradição se apresente. A desigualdade e a retirada de direitos fundamentais consistem claramente como parte do projeto político para continuar enriquecendo uma pequena parcela da população. Esse posicionamento político é aberto e a todo momento se confronta com os próprios marcos legais do Estado brasileiro e deseja, sem dúvida nenhuma, ultrapassá-los. O exemplo mais evidente desse aspecto foi o papel desse governo na pandemia que não satisfeito em contestar as medidas sanitárias para a preservação da vida, atacou sistematicamente qualquer instituição que lhe colocasse limites legais às suas ações.

Nesse sentido, é preciso considerar sim que a democracia está sob ameaça, uma vez que este governo flerta sistematicamente com posicionamentos antidemocráticos. Os institutos federais estão nitidamente implicados nessa trama diabólica, seja pelo corte de verbas, pela confrontação do projeto vazio da escola cívico-militar ou mesmo pela intervenção direta nas eleições de reitores(as) pelo Brasil. Essas ações consistem em uma afronta direta à autonomia dos institutos federais e aos princípios da gestão democrática pela qual tanto

lutamos e exige de todos(as) um posicionamento político explícito de nossos(as) gestores(as) de como se percebem e agem nessa conjuntura.

É nesse sentido que convidamos a todos(as) os(as) candidatos(as) progressistas a assinarem algumas propostas que ajudarão a aperfeiçoar nossa instituição. Acreditando na importância de um marco mínimo de propostas que precisam avançar ou mesmo serem reafirmadas para que não tenhamos esse retrocesso efetivado na educação pública brasileira. Agora, mais do que nunca, é importante nos fortalecer institucionalmente para resistirmos a esses ataques injustamente sofridos. E não existe fortalecimento institucional maior do que a construção de uma instituição justa e de qualidade socialmente referenciada. Dessa forma, apresentamos algumas dessas propostas que para nós que tomam como base princípios mínimos para o início de uma boa discussão, mas que não a encerra aqui. São elas:

- 1) Candidato(a) eleito(a) é candidato(a) empossado(a) e, portanto, rechaçamos qualquer intervenção externa na decisão da comunidade escolar expressa pelo voto;
- 2) Rediscussão da composição do Consup e garantia de um(a) representante do Sinasefe-Ifes eleito(a) pela entidade;
- 3) Garantir o princípio da paridade de participação entre comunidade escolar e gestão em/nas instâncias de decisão e discussão política do Ifes, entendendo que este é um importante princípio de equidade representativa;
- 4) Garantir a amplitude curricular e a diversidade das atuais áreas do conhecimento frente a tendência de reducionismo induzida pela Reforma do Ensino Médio, com a defesa e reconhecimento da importância dos currículos contemplarem os conhecimentos provenientes das Artes, da Filosofia, da Sociologia e da Educação Física nos nossos cursos técnicos integrados ao ensino médio.
- 5) Garantir que o Ifes cumpra sua função constitucional de estabelecer uma Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira;
- 6) Garantir que o Ifes cumpra seu papel educativo na "superação das desigualdades educacionais e na erradicação de todas as formas de discriminação", contribuindo com o combate ao racismo, ao machismo, à homofobia, ao capacitismo, entre outras formas de opressão. Criando e fomentando políticas que garantam igualdade de acesso e permanência de todas, todos e todes.
- 7) Aderir em todos os campi do Ifes à política do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo alimentação escolar a toda educação básica conforme prevista em lei e estabelecendo políticas de subsídio aos demais segmentos com vistas a democratizar o acesso à alimentação escolar;
- 8) Criar uma política institucional para equidade de gênero, étnico-racial e de segmento na representação e escolha dos cargos/funções de chefia.

- 9) Criar mecanismos de maior transparência entre o Ifes e sua fundação de apoio – FACTO nos termos do que está estabelecido em documento de auditoria interna descrito como [Relatório Final 01-2020 - Transparência Ifes e Facto](#);
- 10) Maior transparência no processo de remoção dos(as) servidores(as) e atendimento às recomendações do [Relatório Final 001-2019 - Remoção](#), superando definitivamente a pessoalidade que por vezes atravessa esse processo;
- 11) Retorno presencial somente com as condições sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde - 70% da população vacinada.
- 12) Promover uma ampla discussão envolvendo o Ifes e a comunidade externa sobre as linhas de atuação de cada campi, buscando superar essa noção idealizada de “vocações” regionais;
- 13) Instituir uma política de arte e cultura que reconheça as práticas artísticas como centrais no processo de formação da comunidade escolar e externa, dentro das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 14) Fortalecimento dos núcleos como Napne, Neabi, Nac e Nepgens nos campi, bem como dos Fóruns que compõem a estrutura do Instituto;
- 15) Garantia do diálogo e espaço de articulação na Reitoria e nos campi para atividades de representação sindical dos(as) servidores(as) e trabalhadores(as) terceirizados(as), bem como das representações estudantis;
- 16) Ampliar e aperfeiçoar mecanismos de distribuição de recursos e de pessoal entre os campi. Além de garantir a transparência do processo e discussão no Consup.

Diretoria Sinasefe Ifes
Vitória, 25 de junho de 2021.